

**EXPANSÃO FENÍCIO-PÚNICA  
NO MEDITERRÂNEO CENTRAL E OCIDENTAL:  
REALIDADES PRÓXIMAS E DISTINTAS\***

*Maria Cristina N. Kormikiari\*\**

**Resumo:**

*O presente artigo apresenta novos desenvolvimentos teóricos e metodológicos na âmbito da Arqueologia Mediterrânica em geral e Arqueologia Fenício-Púnica em particular. As concepções teóricas são testadas frente às documentações textuais e, principalmente, materiais, quando abordamos alguns estudos de caso na Sardenha, Península Ibérica e Norte da África.*

**Palavras-chave:** *Cartago; púnicos; colonialismo; paisagem; hibridismo.*

**PHOENICIAN-PUNIC EXPANSION IN CENTRAL AND WESTERN MEDITERRANEAN: DISTINCT BUT NEAR REALITIES**

**Abstract:** *The aim of this article is to present novel theoretical and methodological developments within Mediterranean Archaeology and, specially, Phoenician-Punic Archaeology. Theory and method are tested against textual and material sources. Case studies from Sardinia, Iberian Peninsula and North Africa are then presented.*

**Keywords:** *Carthage; Punic; Colonialism; Landscape; Hybridism.*

---

\* Recebido em 20/02/2015 e aceito em 13/04/2015.

\*\* Professora de Arqueologia Clássica no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca-MAE/USP).

## Introdução

Produção agrícola florescente, perícia agrária tida em alta conta e uma acentuada exploração rural dos recursos humanos e naturais – essas são algumas das características usualmente citadas em exposições sobre Cartago e o mundo púnico.

Essa visão não foi formada pelos pesquisadores na modernidade; na verdade, já existia e nos foi transmitida pelas fontes textuais clássicas – leia-se, gregas e romanas. As habilidades agrícolas dos púnicos eram tão apreciadas entre os romanos, que o senado encomendou a tradução de todos os 28 volumes do famoso tratado de agronomia de Magon, o Agrônomo (após a destruição de Cartago em 146 a.C.) e Columela, ele próprio autor de um tratado semelhante, tinha Magon como “pai da ciência rural” (DECRET, 1977, p. 87).

A historiografia moderna tem a tendência de enfatizar a importância da agricultura no mundo púnico e de relacionar essa dimensão com a expansão além-mar de Cartago, contrastando, assim, a história da fundação tíria no litoral norte-africano com o chamado caráter comercial das primeiras explorações marítimas dos fenícios. Nesse sentido, a pesquisa moderna vinha, até há pouco tempo, trabalhando com uma clara mudança que marcaria a fronteira entre dois momentos distintos da história fenício-púnica: a natureza comercial fenícia teria se transformado em domínio territorial cartaginês centralizado, com a exploração de produtos agrícolas e metais preciosos. Tal mudança alcançaria diversos campos: político, econômico, cultural e religioso. A ideia tradicional de um “império cartaginês”, não obstante marítimo, mas fortemente ancorado em domínios territoriais, notadamente na Península Ibérica e na Sardenha, alimentou essa visão, ligada a estratégias coloniais cartaginesas (LANCEL, 1992, p. 100; STIGLITZ, 2003, p. 111).

Com o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa arqueológica, ligadas à Arqueologia Espacial e Arqueologia da Paisagem, acopladas à reanálise das fontes textuais, notadamente os testemunhos de Justino, Diodoro Sículo, Políbio e Pausânias, que embasaram por décadas a ideia de um expansionismo militar cartaginês a partir do século VI a.C., tanto o nível de ocupação e de contato da cultura fenício-púnica, como de atuação de seus maiores centros, Cartago e Gadir, têm sido mais bem interpretados (cf. BELLARD e VAN DOMMELEN, 2008, p. 1).

Apresentamos neste artigo os caminhos percorridos para tal fim. Inicialmente, abordaremos as discussões teóricas acerca do conceito de colonialismo e como este vem sendo empregado nos estudos sobre a Antiguidade Clássica. Em seguida, comentaremos as reanálises da documentação textual e, por fim, apresentaremos os dados materiais e suas possíveis interpretações.

## O conceito de colonialismo

Novos questionamentos teórico-metodológicos têm, nos últimos anos, posto em xeque o conceito de colonização tal como costuma ser empregado nas análises sobre a Antiguidade Clássica (VAN DOMMELEN, 2012, p. 396-9). Um pressuposto básico é entender que a terminologia colonial possui significados distintos dependendo do contexto cronológico ao qual se aplica. No Período Moderno está associada a violência, dominação política e exploração de populações indígenas. Na Antiguidade, os termos, na produção textual que chegou até nós, dizem respeito à ideia de se estar ausente de casa e em uma terra estrangeira. Assim, *colonia* em latim, equivale a um assentamento deliberadamente estabelecido em outro lugar (conotação próxima, de fato, mas não equivalente à moderna); e *apoikia*, literalmente significa “longe de casa”. Em fenício,<sup>1</sup> não foi encontrado na documentação epigráfica um termo que possa ser associado a *colonia* e *apoikia*, mas temos termos como *maqom* – santuário empórico, o qual pode ser entendido como um espaço sagrado de um templo, mas também pode designar um mercado, evidenciando não apenas uma associação muito próxima entre trocas e religião, como também o caráter das primeiras fundações.<sup>2</sup>

Fugimos, assim, de uma, *a priori*, correlação direta dos termos “colonização”, “colônia”, “colono”, com os processos modernos, pois estes trazem embutidos a ideia de exploração econômica, transferência de riquezas em quantidade imensa para o “centro” e “educação” das populações indígenas.

Nas últimas três décadas, sistematizaram-se no mundo acadêmico anglo-saxão, a partir de análises literárias iniciadas com Edward Said e seu livro **Orientalismo**, de 1978, as chamadas Teorias Pós-Coloniais, que identificam e fazem a crítica da maneira particular (ocidental) de pensar as representações das situações e das estruturas coloniais.<sup>3</sup> De uma perspectiva analítica, a teoria pós-colonial foge do pressuposto de semelhanças entre as experiências de colonialismo pré-moderno e moderno, e não se restrin-

ge a estudar apenas as situações coloniais modernas (VAN DOMMELEN, 1998, cap. 2).

Justamente, um bom número de estudos de caso históricos e etnográficos vem demonstrando as intrincadas interconexões entre as características culturais, políticas, econômicas e simbólicas das situações coloniais. Discurso e representação cultural, seguindo-se os estudos de Edward Said (que, por sua vez, trabalha com uma base teórica desenvolvida por Michel Foucault), têm como base contextos coloniais específicos, portanto, estão inextricavelmente relacionados às suas condições políticas e econômicas. Hegemonia cultural e exploração econômica são, deste modo, dois lados de uma mesma moeda que se relacionam profundamente, mas de maneiras bem variadas (VAN DOMMELEN, 2005, p. 115; SAID, 2007 (1978), p. 29 e 365-6). As tensões entre as várias maneiras de se exercitar, ou, ao contrário, de se opor ao poder colonial podem fornecer *insights* valiosos acerca da dinâmica das sociedades coloniais. Nesse sentido, a análise e interpretação dos contextos históricos são cruciais, pois as condições históricas criadas pelo colonialismo, em larga medida, estruturaram as condições coloniais locais. Não obstante, diferentes regiões colonizadas produziram diferentes contextos coloniais, mesmo estando sob mesmas condições históricas (VAN DOMMELEN, 2005, p. 116).

Um segundo ponto importante que a crítica pós-colonial levantou é o erro de se interpretarem as situações coloniais em termos binários – colonizadores e colonizados. Essa representação “dual” simplifica grosseiramente realidades sociais coloniais complexas. Ignoram-se as nuances divisões sociais e econômicas na base dessas sociedades (dos recém-chegados e dos locais), divisões estas que incluem ainda critérios como gênero, idade e classe.<sup>4</sup> A dinâmica social das situações coloniais acaba não sendo acessada nem as estratégias desenvolvidas para se existir dentro de um contexto colonial (VAN DOMMELEN, 2005, p. 116).

Assim, não há espaço para agência humana nessa visão mecanicista de contato e aculturação, pois grupos sociais e a prática social são determinados pela cultura mais abrangente; e há espaço somente para identidades fechadas, isto é, para se pressupor que cada lado de uma situação colonial que se opõe, tenha uma essência intrínseca e irreduzível, na qual a identidade cultural de cada grupo está enraizada (VAN DOMMELEN; KNAPP, 2010, p. 4).

Em qualquer análise há a necessidade primeira de se estabelecer a contextualização daquela situação. Não se podem ignorar os contextos sociais e políticos das situações coloniais e nem se partir para uma correlação direta entre representação e realidade política (SUREDA, 2012, p. 60).

Amplas condições históricas estruturam (no mínimo, criam) as condições coloniais locais. Deste modo, Jaime Alvar, importante arqueólogo e historiador espanhol, vê no expansionismo imperialista neoassírio um gatilho importante para a movimentação de gentes fenícias, de distintas áreas do Levante (1999, p. 378). O equilíbrio instável das comunidades rurais fenícias, caracterizado pelas disfunções econômicas em razão da precária situação demográfica e ecológica nessa região oriental da Siro-Palestina, termina por se quebrar a partir da conduta de ocupação territorial das regiões submetidas primeiro por Tiglatpileser III (754-727 a.C.), em seguida por Asarhadón (681-668 a.C.), que se jogará com mais força sobre a Fenícia e, por fim, por seu sucessor Asurbanipal (668-629 a.C.).

Pesquisa recente e ainda em andamento do Centro de Estudios Fenicios y Punicos, da Universidade Complutense de Madrid, intitulada *Periferia y Centro. La implantación fenicia en Occidente y el Imperio Neoasirio en el siglo VII. a. C.*, coordenada pelos arqueólogos espanhóis Carlos G. Wagner e Alfredo Medeiros Martin, entre outros, demonstrou a origem fenícia (linhas genéticas que são encontradas prioritariamente em populações do Oriente Próximo), a partir de análises de DNA mitocondrial em esqueleto do século VIII a.C., encontrado em Cádiz, a antiga Gadir fenícia, na atual Espanha. Igualmente demonstrou, em esqueleto encontrado nesse mesmo sítio, mas datado do século VI a.C., material genético oriental (linha paterna) aliado a material genético característico de populações da Europa Ocidental (linha materna), demonstrando, portanto, um segundo momento da implantação fenícia (LÉON, 2012).

Mesmo tendo em mente grandes quadros de contextualização, como o apresentado acima sobre a presença assíria na Fenícia e suas possíveis consequências para a população rural local, percebem-se igualmente grandes diferenças nas experiências coloniais de várias regiões distintas que, por outro lado, estiveram sob as mesmas influências coloniais.

Se pegarmos dois exemplos vindos da área de expansão fenícia, veremos a prevalência dos contextos locais. Cartago ascende a um controle do Mediterrâneo central entre os séculos VII e VI a.C. em paralelo à queda de

Tiro em 573 a.C. Tanto a cultura material quanto relatos textuais pontuam essa ascensão (LANCEL, 1992, p. 97-9). Não obstante, a área ocidental do Mediterrâneo pode ser considerada estranha a essa expansão. A pesquisa moderna definiu Gadir como a cidade sob o controle do Círculo do Estreito, região que engloba o extremo ocidente mediterrânico.<sup>5</sup> Se olharmos para a cultura material desta região, a parte mais ocidental da Península Ibérica e do Norte da África, verificamos que, de fato, estamos lidando com material púnico não encontrado em grande quantidade na área cartaginesa. Isto é, estamos lidando com toda uma cadeia de contatos que não passavam pelo crivo cartaginês, que, não obstante, manteve um grande controle na região central do Mediterrâneo (SÁEZ ROMERO *et al.*, 2004).

É preciso também fugir da ideia estereotipada de “reconstrução em menor escala” da cidade-mãe do colonizador. Uma situação colonial é composta pelos indígenas e pelos descendentes dos colonos que, juntos, criam novas comunidades distintas, “híbridas” (cf. BHABHA, 1994), onde temos uma mistura das diferenças e semelhanças que ligam as pessoas tanto a *backgrounds* coloniais como indígenas, sem que estas pessoas se identifiquem totalmente com um ou outro desses *backgrounds*. “Hibridismo cultural” seria o efeito da ambivalência produzida dentro das leis de reconhecimento de discursos dominantes à medida que estes articulam os sinais de diferença cultural. Ao acatarem normas e padrões coloniais, e, ao mesmo tempo, ao se manterem ligadas a certas percepções indígenas, as pessoas desenvolvem novas normas culturais e “inventam” novas tradições, próprias a cada situação colonial (BHABHA, 1994, p. 64-68). No entanto, o termo “hibridismo” traz embutido em si a ideia de culturas “puras” anteriores, autônomas. Desse modo, autores como Gil J. Stein, Peter Van Dommelelen, Ioannis Voskos e A. Bernard Knapp preferem o termo “hibridização”, pois sua forma ativa traria à tona o agente, os atores sociais que compõem a situação colonial, e deixaria de lado a “cultura” de um povo como um todo (STEIN, 2005; VAN DOMMELEN, 2002; VOSKOS e KNAPP, 2008).<sup>6</sup>

E onde entra a Arqueologia em meio a esses novos pressupostos teóricos? O significado dos objetos tem que ser encarado como um construto híbrido desses contextos em particular. É preciso fugir da visão tradicional, na qual objetos coloniais mantêm seu significado “original”, não importando o contexto. Assim, encontrar vasos fenícios em um assentamento indígena, implicaria a adoção por parte destes de um modo de vida oriental, descartando a possibilidade de um novo sentido que possa

ter sido atribuído a tais objetos, sentido este coerente com o modo de vida indígena. Isto é, coerente com a ideia de que a cultura material é ativamente construída por grupos de pessoas interagindo em contextos específicos (VAN DOMMELEN, 2002, p.140-2).

Hibridização também implica lançar um novo olhar sobre o colonizador, enfatizando as raízes e os interesses locais da comunidade colonial, ao mesmo tempo que sua participação extrarregional em uma rede colonial tem que ser reconhecida. Basicamente, o que se quer dizer é que devemos olhar tanto para o microcosmo gerado pelo contexto colonial específico como para o macrocosmo, no caso, mediterrânico.

## **A reanálise da documentação textual**

Apesar de a análise destas questões ser quase uma novidade nos estudos fenício-púnicos, gostaríamos de lembrar os trabalhos de C. R. Whittaker, que já em 1978 apresentou uma leitura alternativa para os dados textuais. Segundo essa visão, Cartago não estaria tão interessada em territórios coloniais, e sim teria estado envolvida em um empreendimento, em primeira instância comercial, muito próximo do tipo de atividade realizada pelos fenícios. Whittaker se baseou, então, nas menções em Políbio (3.22-23) sobre os tratados estabelecidos entre Cartago e Roma, o primeiro do final do século VI a.C., em que se lê acerca de oficiais cartagineses encarregados de supervisionar as transações comerciais: o que demonstraria muito mais controle de atividades comerciais e muito menos anexações territoriais. Outro argumento seria que o próprio Políbio e os historiadores modernos que o analisaram posteriormente teriam compreendido mal o termo *provincia*, o qual, originalmente, simplesmente faria referência a um controle sobre alguém ou alguma coisa, e apenas posteriormente teria adquirido o significado territorial: uma área sob o controle de um governo central (WHITTAKER, 1978, p. 62-63).

A reanálise mais recente das evidências textuais – e suas implicações históricas e filológicas – retomou o caminho iniciado por Whittaker, apresentando, portanto, uma nova ideia acerca da expansão colonial cartaginesa. De acordo com ela, a crescente influência cartaginesa no ocidente mediterrânico, notadamente a partir dos séculos VII-VI a.C., teria sido muito mais nuançada e variada, estabelecida a partir de contatos políticos e comerciais, e não por ocupação militar dos territórios. Especialmente com

relação à Sicília, noções de reciprocidade e de alianças entre as elites têm sido trazidas à baila enquanto motores-chave para a canalização de contatos e influências. Como corolário, os habitantes locais das mencionadas áreas sob investigação igualmente se tornaram participantes ativos (FENTRESS, 2013, cap.6).

## **A documentação material**

Em paralelo às reanálises das evidências textuais, os dados das crescentes investigações arqueológicas – que gradativamente foram alterando seu foco dos assentamentos costeiros, onde facilmente encontramos vestígios fenício-púnicos, para a ocupação do território de maneira gera –, vieram corroborar e aprofundar a percepção de uma ocupação púnica extensa, mas não necessariamente mantida pela força militar e nem por um controle central forte.

Investigações arqueológicas mais amplas, baseadas em projetos de Arqueologia da Paisagem, que pressupõem o escrutínio de vastas extensões territoriais – os chamados projetos de *surveys* intensivos – registrando e coletando, na chave da longa duração, vestígios materiais variados, e as consequentes análises multidisciplinares dali advindas, aliadas a escavações pontuais, têm produzido um quadro que se aproxima da percepção de uma ocupação nuançada por questões locais.

As novas conceituações – como hibridização – são importantes para nuançarmos pressupostos outrora estabelecidos, como o da identidade dos agentes históricos. Fenício, cartaginês e púnico se configuraram, na historiografia moderna e durante muito tempo, como designações fixas das pessoas, como se os fenícios fossem os mesmos onde quer que estivessem, e a troca de designação para cartaginês ou púnico fosse necessária apenas para marcar a localização espacial e cronológica desse fenício.

A pesquisa sobre os fenícios, cartagineses e púnicos no Ocidente Mediterrâneo centrou-se, por muito tempo, na investigação arqueológica tradicional de escavação dos grandes sítios. Durante muito tempo não se levou em consideração a possibilidade de uma ocupação do interior das terras e de contatos múltiplos com os povos indígenas. Em contraposição à ideia tão clássica e tradicional de ocupação da costa, temos diferentes formas de ocupação do interior das terras.

No próprio sítio de Cartago, as explorações arqueológicas de Naïdè Ferchiou têm evidenciado uma ocupação para além da *khóra* da grande cidade – se quisermos utilizar um termo grego para esse território apenso ao núcleo “urbano” das cidades antigas. Os trabalhos de prospecção realizados por Ferchiou (1987) perceberam uma extensa continuação das grandes propriedades cartaginesas. Essa arqueóloga catalogou um conjunto de 59 monumentos funerários, divididos em 11 tipos – desde montículos, túmulos em plataforma e monumentos circulares ou quadrangulares em pedra talhada a mausoléus em torre –, datados do século III ao II a.C., isto é, do final da história da Cartago púnica, uma vez que esta foi totalmente destruída pelos romanos em 146 a.C. A análise que se seguiu estabeleceu hipóteses de ocupação do território e de relacionamento com as populações berberes (mais especificamente, nômadas). Um primeiro ponto que se destaca é o fato de esses monumentos estarem situados em alguma elevação e poderem ser visualizados de longas distâncias, mesmo possuindo alturas modestas – não sendo, portanto, monumentais. Sua localização encontra-se em pontos de divisão de águas, nas quais seria possível visualizarmos eventuais limites naturais entre diferentes territórios. Uma primeira hipótese levantada tendo em vista o isolamento físico, seria de esses monumentos serem marcos de grandes propriedades agrícolas cartaginesas nos confins do território da cidade propriamente dita, área extremamente fértil (FERCHIOU, 1987, p. 67-9).

São marcadores que, a partir dos estudos arquitetônicos empreendidos, mostram estarmos diante de construções que aliam características culturais púnicas com berberes, permitindo igualmente pensarmos (seguindo os pontos teóricos apresentados acima) nos processos de hibridização ali ocorridos. A hipótese de os monumentos serem marcos dos confins de grandes propriedades é sustentada em razão de quase todos os monumentos funerários não terem localizado em suas proximidades nenhum tipo de necrópole, ainda que estejam na vizinhança de alguma cidade antiga – cidades que, no interior do Norte da África, são mais bem caracterizadas pelo título de *oppida*/fortificações berberes, líbico-púnicas. E é a vizinhança com essas *oppida* (as quais permanecem ativas no período romano) que permite a constituição da segunda hipótese de Ferchiou: seriam as *oppida*, em suas origens no período púnico, simples vilarejos situados no interior dos latifúndios cartagineses, habitações dos trabalhadores dessas terras, os quais, após a destruição de Cartago, teriam tido as condições políticas de se desenvolverem? (FERCHIOU, 1987, p. 67-9).

O contexto histórico de constituição desses monumentos funerários, marcadores territoriais, é o da perda das terras da Sardenha frente aos romanos – terras muito ricas para a agricultura e muito valorizadas por Cartago.

Com relação à Península Ibérica, os diversos estudos arqueológicos empreendidos pelos ativos pesquisadores espanhóis têm revelado, cada vez mais, o papel central de Gadir, atual Cádiz, na organização territorial da região. Igualmente, mostram uma ligação direta com os centros fenícios do Levante, em detrimento de uma mediação cartaginesa. Percebe-se toda uma gama de reorganização dos assentamentos indígenas a partir da presença fenícia na costa, os quais se afastam mais ainda para o interior das terras com o próprio avanço territorial dos estabelecimentos fenícios a partir dos séculos VII e VI a.C., ao mesmo tempo que, desde o início da implantação dos assentamentos, uma rede de subsistência com trocas entre fenícios e indígenas se estabelece (AUBET e DELGADO, 2003, p. 69-72).

Na Sardenha, inúmeras investigações no formato de *surveys*, alguns de grande porte, têm revelado um alto nível de ocupação do interior a partir do século VI-V a.C.<sup>7</sup>

De maneira geral, os assentamentos fenício-púnicos até o final do século V a.C. estavam compostos por um número limitado de estabelecimentos nucleados, os quais estavam confinados a promontórios isolados ou pequenas ilhas. Coexistiam com um grande número de assentamentos indígenas dispersos no interior da ilha, com contatos ocasionais.<sup>8</sup>

Uma hierarquia de assentamentos foi então estabelecida. Temos grandes cidades coloniais; cidades coloniais menores; estabelecimentos rurais isolados e medianos; e, por fim, pequenas fazendas isoladas (VAN DOMMELEN, 2002, 2008, 2003; BOTTO *et al.*, 2003).

A ocupação fenícia na região da Baía de Oristano, local da grande cidade colonial Tharros (Sardenha central), é o grande exemplo dessa hierarquia a ser tratado aqui. Fundada no período fenício no promontório San Marco, Tharros é uma grande cidade colonial. Em um período posterior, Othoca e Neapolis, duas cidades menores a ela ligadas e situadas mais para o interior, foram fundadas entre os séculos VII e VI a.C. (VAN DOMMELEN, 2002, p. 130).

A terceira categoria, assentamentos rurais, isolados, de tamanho médio para pequeno, fundados ao longo do século V a.C., encontram-se espalha-

dos nas terras baixas pantanosas, ao redor da Baía de Oristano (Arbórea) até a planície Campidano, para o interior.

Um ponto importante a ser destacado é a percepção de uma distribuição espacial não homogênea. Por exemplo, há uma concentração nas terras pantanosas do sul, na Arbórea. Esses sítios são classificados como coloniais em razão de sua aparência “púnica” – ao mesmo tempo, a maioria da cerâmica doméstica e das ânforas são produção local. Ou seja, a forma e a decoração são púnicas, mas a pasta de argila é local (ANNIS, 1996, p. 580-7). A construção e a aparência dos assentamentos distinguem-se daquelas próprias dos assentamentos indígenas. Por exemplo, o ambiente púnico utiliza telhas vermelhas e paredes regulares com tijolos de barro; já os assentamentos indígenas, os *nuraghi*, são torres de pedras cônicas construídas a partir de blocos irregulares de pedras locais, normalmente granito ou basalto, e possuem várias dezenas de metros, dois andares e um balcão no teto, conectados por escadas construídas na parte interna.

Os arqueólogos trabalhando na Sardenha perceberam uma coincidência espacial: há uma dispersão do assentamento colonial no interior da Sardenha meridional e o abandono dos *nuraghi* na mesma região, enquanto os da parte norte da ilha continuam habitados (BOTTO *et al.*, 2003; VAN DOMMELEN, 1998).

A resposta tradicional giraria em torno de conquistas militares e ocupação territorial (autores clássicos mencionam expedições militares cartaginesas na Sardenha – DIODORO DA SICÍLIA. **Biblioteca Historica** 20, 55, 4; POLÍBIO. **História** 3, 33, 18). O problema dessa interpretação, como apontam alguns estudiosos, é que ela trabalha na linha colonial clássica: os indígenas teriam sido totalmente eliminados (STIGLITZ, 2003, p. 111-2).

Os assentamentos coloniais no interior da planície do Campidano e nos montes de Marmilla estão posicionados de maneira dispersa e estão associados ao abandono dos *nuraghi*. Já a área costeira, adjacente à Baía de Oristano, apresenta um padrão centralizado de assentamento, que gira em torno das cidades coloniais de Neapolis e Tharros – sendo um ponto importante a informação dada pela Arqueologia de que não teria havido ocupações anteriores nesta área costeira.

A análise dos dados arqueológicos levou os arqueólogos a considerarem que, nessa área da Sardenha, a entrada de Cartago na ilha não ocorreu com um tipo coerente de assentamento colonial, e sim levou à construção de duas

paisagens distintas: uma na zona costeira da Arbórea, e outra no interior de Campidano e nos Montes Marmilla (VAN DOMMELEN, 2002, p. 133-4).

O ponto interessante a se reter é que os dois modelos podem ser considerados coloniais. Maneiras distintas de ocupação de um território têm como uma de suas consequências apreensões igualmente distintas da paisagem circundante, ainda que se utilize o mesmo tipo de cultura material.

Por exemplo, foram identificadas características “nurágicas” nos rituais celebrados em um santuário instalado em um nuraghe abandonado nos Montes Marmilla, mas com objetos “púnicos”.

Em termos tradicionais, estaríamos falando de uma área, então, “menos colonial”? O que falar, pois, das percepções de identidade entre esses assentados? Seriam distintas da percepção identitária dos habitantes da costa (VAN DOMMELEN, 2002, p. 133-4)?

Neapolis e Othoca não eram apenas os pontos focais dos assentamentos rurais na região costeira da Arbórea. Junto com Tharros, na opinião do arqueólogo Van Dommelen, formavam o centro colonial e urbano da Sardenha centro-ocidental, mesmo sendo fisicamente distintas de Tharros, que, em termos materiais, pode ser considerada mais “urbana”, com arquitetura monumental.

Nesse sentido, Neapolis e Othoca funcionariam como locais centrais na região, espaço de referência para várias centenas de fazendas. A área arqueológica identificada como o porto de Neapolis revelou uma grande quantidade de ânforas de transporte, ou seja, de escoamento do produto contido na ânfora (vinho, azeite, cereal, peixe, entre outros) e, por toda a região, encontram-se cerâmicas domésticas e ânforas.

Tharros, por outro lado, seria mais voltada para o comércio de objetos. Os dados materiais apontam para uma especialização da produção: escaravinhos; amuletos de metais preciosos; joias; estelas de pedra; incensários; máscaras; utensílios domésticos.

\* \* \*

Espero ter demonstrado, com a breve excursão à ocupação de três grandes áreas de ocupação fenício-púnica no Mediterrâneo Ocidental, a complexidade dos dados e a premência de se aprofundar, no detalhe das interações locais entre indígenas e colonos fenícios e cartagineses, o conhe-

cimento do desenvolvimento dessas ocupações e de suas dinâmicas próprias, para podermos produzir um relato das ocupações específicas antes de podermos realizar grandes generalizações.

## **Documentação escrita**

DIODORO SÍCULO. **Biblioteca Historica**. Tradução de Francisco Parreu Alasà e Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 2001-2004.

POLÍBIO. **História**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

## **Referências bibliográficas**

ANNIS, M. B. Paesaggi rurali nella Sardegna centro-occidentale. Il progetto Rio Mannu dell'Universita di Leiden (Paesi Bassi). *In*: PAROLI, L. (Ed.) **L'Africa Romana: Atti del XII convegno di studio** (Olbia, 12-15 dicembre 1996). Cagliari: Editrice Democratica Sarda, 1996, p. 571-87.

ALVAR, J.; BLÁZQUEZ, J. M.; WAGNER, C. G. **Fenicios y Cartagineses en el Mediterráneo**. Madrid: Cátedra, 1999.

AUBET, M. E. **The Phoenicians and the West, Politics, Colonies and Trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

AUBET, M. E.; DELGADO, A. La colonia fenicia del Cerro del Villar y su territorio. *In*: BELLARD, C. G. (Ed.) **Ecohistoria del paisaje agrario**. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo. Valencia: PUV, 2003, p. 57-74.

BHABHA, H. **The Location of Culture**. Nova Iorque: Routledge, 1994.

BOTTO, M.; FINOCCHI, S.; MELIS, S.; RENDELI, M. Nora: esfruttamento del territorio e organizzazione del paesaggio in età fenicia e punica. *In*: BELLARD, C. G. (Ed.) **Ecohistoria del paisaje agrario**. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo. Valencia: PUV, 2003, p. 151-186.

DECRET, Fr. **Carthage ou l'empire de la mer**. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

FENTRESS, E. Strangers in the City: Élite Communication in the Hellenistic Central Mediterranean. *In*: QUINN, J. C.; PRAG, J. R. W. (Eds.) **The Hellenistic West**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 157-178.

FERCHIOU, N. Le paysage funéraire pré-romain dans deux régions céréalières de Tunisie antique (Fahs-Bou Arada et Tebourba-Mateur): les tombeaux monumentaux. **Antiquités africaines**, t. 23, p.13-70, 1987.

FUMADÓ ORTEGA, I. Aspectos marítimos de las divindades fenicio-púnicas como garantía de la confianza de los mercados. *In*: FERRER ALBELDA, E.; MARÍN CEBALLOS, M. C.; PEREIRA DELGADO, Á. (Coords.) **La religión del mar: dioses y ritos de navegación en el Mediterráneo Antiguo**. SPAL XVI, Sevilha: Universidade de Sevilha, 2012, p. 11-36.

GRUZINSKI, S; ROUVERET, A. Ellos son como niños. Histoire et acculturation dans le Mexique colonial et l'Italie méridionale avant la romanisation. **Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité**, t. 88, n. 1, p. 159-219, 1976.

KORMIKIARI, M. C. Novas abordagens do mundo colonial antigo: um estudo de caso em Arqueologia da Paisagem na Sardenha Púnica. **História Antiga e Medieval. Viagens e viajantes: cultura, imaginário e espacialidade**. São Luís: Editora UEMA, p. 279-292, 2012.

LANCEL, S. Carthage. Paris: Fayard, 1992.

LÉON, V. El ADN de los habitantes de Gadir. **Diario de Cádiz**, Cádiz, 15 de fev. de 2012. Disponível em: <http://www.diariodeCádiz.es/article/ocio/1185088/adn/los/habitantes/gadir>. Html. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

VAN DOMMELEN, PETER. **On Colonial Grounds**. A Comparative Study on Colonialism and Rural Settlement in First Millenium BC West Central Sardinia. ASLU 2, Leiden: Leiden University, 1998.

\_\_\_\_\_. Ambiguous Matters: Colonialism and Local Identities in Punic Sardinia. *In*: LYONS, C. L.; PAPADOPOULOS, J. K. (Eds.) **The Archaeology of Colonialism**. Los Angeles: Getty Publications, 2002, p. 121-50.

\_\_\_\_\_. Colonial Interactions and Hybrid practices. Phoenician and Carthaginian Settlement in the Ancient Mediterranean. *In*: STEIN, G. J. (Ed.) **The Archaeology of Colonial Encounters**. Comparative Perspectives. School of American Research. Santa Fe/Oxford: School of American Research & James Currey, 2005, p. 109-41.

\_\_\_\_\_. Colonialism and Migration in the Ancient Mediterranean. **Annual Review of Anthropology**, v. 41, p. 393-409, 2012.

VAN DOMMELEN, P.; BELLARD, C. G. **Rural Landscapes of the Punic World**. Monographs in Mediterranean Archaeology, v. 11. Londres/Oakville: Equinox, 2008.

\_\_\_\_\_. Introduzione: connessioni rurali. **Bollettino di Archeologia ONLINE**, Roma, v. A/A1/1, p. 1-3, 2010.

SÁEZ ROMERO, A. M.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; SÁEZ ESPLIGANES, A. Nuevas aportaciones a la definición del Círculo del Estrecho; la cultura mate-

rial a través de algunos centros alfareros (ss. VI-I a.n.e.). **Gerión**, v. 22, n. 1, p. 31-60, 2004.

STOCKHAMMER, Ph. W. **Conceptualizing Cultural Hybridization. A Transdisciplinary Approach**. Heidelberg: Springer, 2012.

SUREDA TORRES, P. Aventuras y desventuras de la Arqueología Poscolonial. Revisión crítica de las principales aportaciones teóricas y el caso de la expansión colonial fenicia en la Península Ibérica. **Revista Arkeogazte**, v. 2, p. 57-71, 2012.

VOSKOS, I.; KNAPP, A. B. Cyprus at the end of the late Bronze Age: Crisis and Colonization or Continuity and Hybridization? **American Journal of Archaeology**, v. 112, p. 659-84, 2008.

---

### Notas

---

<sup>1</sup> A documentação textual fenícia e cartaginesa que possuímos é marcadamente epigráfica e majoritariamente de contexto ritual. Faltam-nos relatos históricos e obras filosóficas, o que poderia nos esclarecer acerca do próprio pensamento fenício e cartaginês sobre o tema em questão. Não que estes textos não tenham sido escritos – autores latinos e gregos fazem menção a vários deles, mas, infelizmente, não chegaram até nós, tendo-se perdido ao longo do tempo.

<sup>2</sup> O santuário de Melqart na Espanha era um balizador das relações comerciais e culturais entre fenícios e indígenas (AUBET, 2001, p. 277; FUMADO ORTEGÁ, 2012, p. 22). A documentação mostra que a prática fenícia primeira, ao se fundar uma localidade, era a de edificar templos. Isso aconteceu em Nora, Gadir, Lixus e Útica. Eles fundavam templos *lbt*, a partir dos quais começavam a funcionar os *maqoms* (*mqm*) que faziam a mediação com os indígenas.

<sup>3</sup> É preciso destacar a grande heterogeneidade dos estudos pós-coloniais, de maneira a não se poder pensar em um pensamento teórico unívoco. Para uma visão crítica, ver Sureda (2012).

<sup>4</sup> Gostaríamos de lembrar aqui o importante estudo comparativo de formas de contato e de distanciamento em ambiente colonial – no caso, o México sob dominação espanhola e a Itália do Sul e Sicília pré-romanas – realizado pelos estudiosos Serge Gruzinski e Agnès Rouveret já em 1976 (ver **Referências bibliográficas**). Nesse estudo, os autores estabelecem um conjunto de comportamentos constantes e divergentes, e trabalham intensamente a noção de multiplicidade identitária dos envolvidos em situações coloniais, pressuposto tão caro às Teorias Pós-Coloniais.

<sup>5</sup> O termo “Círculo do Estreito” foi cunhado por Miguel Tarradell, em 1967, para designar uma ampla área geopolítica correspondente ao extremo sul da Península Ibérica e à costa ocidental norte-africana. Engloba uma quantidade grande de assentamentos com uma base cultural comum formando uma rede comercial dependente de Gadir.

<sup>6</sup> Para uma visão crítica das dimensões teórico-metodológicas envolvendo o uso do conceito, ver Stockhammer (2012).

<sup>7</sup> Para uma apresentação mais detalhada, ver Kormikiari (2012).

<sup>8</sup> Exceção feita em relação ao assentamento de Monte Sirai, cidadela interiorana provavelmente fundada pelos colonos fenícios do centro costeiro de Sulcis na região sudoeste da Sardenha, a qual apresenta uma conexão com núcleos indígenas na planície circundante desde sua implantação no século VIII a.C.